

As quatro âncoras

Desafiadora, agenda pede uma leitura acurada do cenário político

Por **Murillo de Aragão** - 20 de agosto de 2023



Foto: Divulgação

O BRASIL, como país, está dependente de quatro âncoras. Elas fundamentam o funcionamento da nação e determinam as expectativas que devemos ter do futuro imediato. Dada a qualidade precária de nossa reflexão sobre a conjuntura, as quatro âncoras não são devidamente percebidas pelo observador desatento. Assim cabe explicar quais são elas e como relacioná-las com a conjuntura.

A primeira âncora é a cambial. A existência de reservas abundantes e bem administradas dá uma tranquilidade ao investidor estrangeiro no Brasil e aos nacionais que estão inseridos na cadeia global de produção e comércio. As reservas brasileiras, acima de 350 bilhões de dólares, são uma garantia para que o país negocie com o mundo exterior e tenha caixa para enfrentar alguma adversidade. Não custa lembrar que *cash is king*.

da existência de reservas, temos a existência de um Banco Central, que possui reputação e expertise reconhecida em gerenciar nossas políticas monetária e cambial. Ter um BC acreditável é condição *sine qua non* para que o país seja considerado ambiente saudável para investimentos.

A segunda âncora é a questão fiscal. O novo governo, no intuito de recompor a política fiscal, propôs um novo arcabouço fiscal, em discussão no Congresso. A meta ousada de zerar o déficit primário em 2024 desperta desconfiança nos agentes econômicos. Será que, em meio a uma expansão de gastos e indefinição sobre as fontes de arrecadação, teremos receitas ou cortaremos despesas para zerar o déficit?

A terceira âncora é o controle da inflação. Sem um controle fiscal rigoroso existem dúvidas por parte do mercado se o Banco Central vai entregar uma inflação dentro da meta. Prevista para 3,25%, o mercado teme que o Banco Central não tenha as condições conjunturais para cumpri-la. A "desancoragem" da inflação é um sinal de alerta que reverbera a preocupação com o desempenho fiscal.

Até aqui comentamos três âncoras. Uma com um desempenho positivo, a âncora cambial, e duas com cenários de incerteza: a âncora fiscal e a âncora do controle da inflação. A quarta âncora é a questão política. O governo precisa ter uma boa ancoragem política que resulte em um avanço positivo das agendas econômicas e fiscais em debate no Congresso. Isso ainda não está claro e depende de uma minirreforma ministerial em curso.

Ter uma boa ancoragem política representa ter uma base de sustentação que apoie uma agenda difícil de temas fiscais, tributários e econômicos no Congresso Nacional. Apenas para lembrar, o cardápio é amplo e complexo: Orçamento da União; arcabouço fiscal; Carf; tributação de fundos exclusivos; tributação de *offshore*; reforma tributária; desoneração da folha de pagamento, entre outros.

Considerando o quadro do início do segundo semestre e os temas em debate, a agenda é muito desafiadora. E que demanda, sobretudo, uma leitura acurada do cenário político. Mas não basta a leitura correta sem a ação consequente.

Falar uma “desancoragem” generalizada, no sentido da perda de confiança nas quatro mencionadas e que resulte em uma grave crise de confiança no país, as lideranças do Executivo e do Congresso vão ter de superar suspeitas e divergências e, efetivamente, trabalhar para evitar um cenário complexo e problemático nos próximos meses.

Autor

Murillo de Aragão

Murillo de Aragão: Advogado, jornalista, cientista político, professor e presidente da Arko Advice. Mestre e doutor em Ciência Política, membro de várias associações acadêmicas. Ex-membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Palestrante internacional e autor de livros. Colunista na revista Isto É e no jornal O Estado de São Paulo. Professor-adjunto na Columbia University.

[View all posts](#) 

